

brasileiros não são estranhos um ao outro, são realmente irmãos, infelizmente ainda mal conhecidos uns dos outros.

No que se refere à literatura, então, mais sem sentido fica a separação. Camões é tão nosso como de Portugal; Vieira será mais nosso do que português; Gil Vicente ou Fernando Pessoa pertencem ao patrimônio comum. Está consagrada a expressão “Literatura de Língua Portuguesa”, que figura até no currículo do Curso de Jornalismo das Faculdades de Filosofia. “Biblioteca Luso-Brasileira” é o nome de uma vitoriosa coleção, que a Editora Aguilar lançou há alguns anos sob a direção de Afrânio Coutinho, e onde Fernando Pessoa é chamado “poeta luso-brasileiro não só pela receptividade alcançada em ambos os lados do Atlântico pela sua mensagem na língua comum, senão, ainda, pelo simbólico e voluntário exílio de Reis no Brasil”. Isto é o certo; o resto terá explicações na psicologia do inconsciente.

(In *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 26-5-1966.)

O PROBLEMA DA TRADUÇÃO [I]

(1954)

Dos trabalhos literários nenhum certamente é mais difícil que este de traduzir um texto de uma língua para outra. E no entanto, nenhum trabalho literário é enfrentado com tamanha despreocupação e desempenho como o de traduzir um texto de uma língua para outra. Qualquer pessoa se julga apta para fazê-lo, prontifica-se a isso e executa a obra, que no fim é aceita sem protesto e às vezes até com agrado e elogios por parte do chamado público leitor. No Brasil a coisa assume profundidade e proporções assustadoras, de tal arte que se tem a impressão que vivemos no país onde pior se traduz no mundo.

Quanto a mim confesso que muito poucas vezes agüento uma tradução brasileira: o mal-estar e a irritação que me vão invadindo produzem rapidamente a saturação, que me obriga parar na página 10, na página 20 e raramente na página 30, a não ser que, por dever de ofício, eu esteja recolhendo documentação para fazer um trabalho como este, por exemplo.

Por que é tão difícil tarefa o traduzir? Porque se trata de uma complexa operação do espírito. Dizer ou escrever é dar forma verbal, é dar corpo a uma idéia, a um sentimento, a uma vivência. Estabelece-se aquela espécie de círculo vicioso, aquela causalidade recíproca, em que a idéia gera a palavra e a palavra vai aclarando as idéias, e cujo resultado é um todo solidário e coerente a que chamamos *expressão*.

Ora, no caso da tradução, o mecanismo é muito mais complicado. Temos realizada, em língua estrangeira, uma expressão, que, como toda expressão,

forma um todo com a idéia de que é veículo. O tradutor tem de, num esforço difícil, libertar-se da expressão, voltar à idéia e em seguida encarná-la numa outra forma lingüística. É força concluir que a maior parte das pessoas não consegue realizar essa operação mental, não consegue libertar-se da expressão estrangeira, e então efetua uma tradução-pantógrafo, isto é, vai com os olhos acompanhando as palavras do texto estrangeiro e com a pena desenhando as palavras correspondentes no texto supostamente vernáculo.

Ora, a conseqüência fatal será uma expressão falsa, uma sintaxe bifronte, um vocabulário bárbaro, um ritmo defeituoso e manco, uma ou muitas traições ao pensamento e à intenção do autor.

Tradução ideal seria aquela que representasse a expressão do autor na segunda língua, se esta fosse a sua língua materna. Aliás, é este o conceito de Santo Tomás, que a propósito diz o seguinte:

“Um bom tradutor deve, preservando embora rigorosamente o sentido das verdades que traduz, adaptar o estilo ao gênio da língua em que se exprime” (*Prólogo do Opúsculo contra os erros dos gregos*, cit. na folha-do-rostro de todos os volumes da tradução da *Suma da Révue des Jeunes*).

Em geral só se presta atenção à infidelidade digamos doutrinária da tradução, à infidelidade do tradutor que altera o pensamento do autor, mas não se dá importância às outras infidelidades ao estilo, ao ritmo, ao modo-de-ser do que concebeu a obra. Não se atribui gravidade, por exemplo, ao fato de se fazer um primoroso escritor francês escrever em mau português. Ao fato de um autor sensível e fino aparecer quadrado e pesado, vertido em outra língua.

Para que alguém possa abalançar-se a empreender uma tradução, é preciso que ele reúna uma série de condições indispensáveis, sem o que sua tradução sairá necessariamente defeituosa. O tradutor deve ser escritor; deve conhecer, razoavelmente ao menos, as duas línguas; deve conhecer a sintaxe diferencial dos dois idiomas; deve ter simpatia com o texto.

O tradutor deve ser escritor. Parece-nos evidente, pois se traduzir é escrever e escrever em segunda instância, solicitado pela forma da outra língua, se traduzir é mais difícil do que escrever diretamente... Não se compreende nem se justifica que seja promovido a tradutor um cidadão que nunca escreveu, que nunca manifestou vocação literária, que nunca se mostrou bem dotado para a arte de dizer. Como exigir de alguém a realização do mais, se ele até então não provou ser capaz de fazer o menos? Só porque conhece ou diz conhecer ou supõe que conhece a língua do texto original? Ainda que a conhecesse: resta verificar, se ele é capaz de manejar a sua, se consegue exprimir com clareza e precisão o próprio pensamento, se está senhor dos recursos do seu instrumento lingüístico materno, se sabe arrumar as palavras na frase e se

sabe arrumar as frases no período. Nada disso se indaga. Fulano entende inglês: então dê-se-lhe este livro a traduzir. Mas ele nunca escreveu, não conhece o autor, nunca leu o livro, não tem afinidades com aquele nem entusiasmo por este. Não importa: sabe inglês, pode traduzir.

O tradutor deve possuir, ao menos mediocrementemente, as duas línguas. É óbvio. Se ele tem de retornar da expressão à idéia na língua original, e passar da idéia à expressão na sua língua, não pode deixar de penetrar bem, de compreender bem, de interpretar bem, de sentir bem os dois idiomas. Do contrário, ele vai fazer uma obra de adivinhação e de palpíte.

Mas não basta conhecer razoavelmente as duas línguas: urge que conheça bem, conscientemente, as diferenças que as separam, principalmente na sintaxe. Se não estiver assim armado, o tradutor inevitavelmente se deixará levar pela sintaxe estrangeira. Ainda que seja escritor na sua língua, ainda que seja bom escritor. A presença da forma estrangeira, da expressão alheia, é tão poderosa, exerce tão forte influência que obnubila o espírito do escritor, e lhe perturba o senso idiomático. O homem começa a construir frases que nunca sairiam assim de sua pena livre e pessoal. Tenho a esse respeito inúmeras observações colhidas e anotadas. Posso dar, entre mil, um exemplo. O Sr. Rubem Braga. É um escritor de classe, ninguém pode negá-lo. Sabe manejar sua língua com maestria e arte. Percebe-se bem que ele sofre o drama da expressão, que ele cultivava a nobre arte de dizer, que atenta, que estuda, que lê e ouve com interesse lingüístico.

Pois bem: tenho em mãos uma tradução do excelente cronista, uma tradução que decepciona, uma tradução em que ninguém encontra o escritor leve, próprio e gracioso. Trata-se de *Terra dos Homens*, de Saint-Exupéry. Vou respigando:

Vivíamos no temor das montanhas de Espanha, que não conhecíamos ainda, e no respeito aos veteranos (*op. cit.*, Livraria José Olympio Editora, Rio, 1940, p. 15).

Esses veteranos entretinham sabiamente nosso respeito. Mas de vez em quando, respeitável para a eternidade, um deles deixava de voltar (p. 16).

Curvara-me, sem achar os ensinamentos que me interessavam, sobre a aridez dos mapas” (p. 19).

E aquele casal perdido no espaço a quinhentos quilômetros de nós assumia uma importância desmensurada (p. 20).

No paraíso do campo de emergência, estendida sob a erva, ela (a serpente) me esperava, a dois mil quilômetros de distância, pronta, na primeira ocasião, a me transformar em uma tocha flamejante... E aqueles trinta carneiros, dispostos para o combate no flanco de uma colina, prontos a avançar (p. 21).

Como se está a ver, são frases mancas, mal resolvidas, com as palavras desarrumadas, os membros deslocados; impropriedade de termos, pobreza de expressão, falta de liberdade e leveza. O texto francês desnorteou e várias vezes frustrou o escritor.

Por fim, a última condição essencial ao tradutor é a simpatia com o texto. Só se escreve bem aquilo que se sente, aquilo que nos faz vibrar, aquilo que está muito dentro de nós, muito afagado, muito nosso, muito conatural conosco. Do contrário, não se escreve, ordenam-se frases, alinham-se orações, combinam-se palavras. Ora, como traduzir aquilo que nem sequer compreendemos, no sentido profundo e pleno da palavra? Aquilo que não nos faz moça? Aquilo que nunca foi objeto do nosso interesse e do nosso amor?

Eu dividiria as traduções em duas grandes classes. Traduções *técnicas* e traduções *literárias*. As primeiras, de textos doutrinários ou científicos, textos dirigidos diretamente e principalmente à inteligência. As segundas, de textos elaborados com intenção artística, de textos onde a maneira de dizer é fundamental, onde o autor se esmerou na escolha das palavras, no boleio da frase e no ritmo da expressão.

Tem cabimento ainda subdividir as traduções literárias em *prosaicas* e *poéticas*, distinguindo nestas as *homeométricas* das *heterométricas*.

Ociosos é acrescentar que as traduções literárias são mais difíceis, muito mais difíceis de fazer que as traduções técnicas. Também não é preciso insistir que para realizar uma boa tradução poética é necessário ser poeta.

As traduções homeométricas costumam limitar de tal jeito o poeta-tradutor que muitas vezes ele se perde na homeometria, deixando de lado a poesia. Talvez seja esta a razão por que muitas traduções deste tipo hajam sido realizadas por eruditos destituídos de inspiração, meros “virtuosos” do verso. Caso típico é a tradução da *Eneida* de Vergílio, feita por Odorico Mendes, tradução que é um prodígio de paciência, de conhecimento da língua e de seus recursos, um portento de erudição, mas que não convence como poesia e que por vezes é tão rebuscada que Carlos de Laet pôde dela dizer que era bem mais fácil entender o original.

As traduções heterométricas em versos tradicionais oferecem também perigosos escolhos ao tradutor, que não raro tem de tornar-se difuso, prolixo e arredondado para satisfazer o metro escolhido, com prejuízo da expressão poética que ficou desfigurada na tradução.

É o que acontece, por exemplo, com a conhecida versão portuguesa do Salmo 136, feita por Machado de Assis, em que o tradutor por vezes dilui a poesia, com redundâncias e demasias verbais, para ficar fiel ao decassílabo escolhido.

Exemplificando:

“In salicibus in medio eius, suspendimus organa nostra”, literalmente: “Nos salgueiros lá existentes penduramos as nossas cítaras”.

Machado:

As harpas nos salgueiros penduramos,
E ao relembrarmos os extintos dias
As lágrimas dos olhos desatamos.

(*Poesias Completas*, 1901, p. 222)

“Si oblitus fuero tui, Hierusalem, oblivioni detur dextera mea”, literalmente: “Se eu me esquecer de ti, Jerusalém, seja entregue a esquecimento minha mão direita”.

Machado:

Jerusalém, se inda num sol futuro
Eu desviar de ti meu pensamento
E teu nome entregar a olvido escuro,
A minha dextra a frio esquecimento
Votada seja (*eod. loc.*)

“Exinanite, exinanite usque ad fundamentum in ea”, literalmente: “Derribai, derribai até aos fundamentos”.

Machado:

Arruinai-a, arruinai-a; os muros
Arrasemo-los todos; só lhe baste
Um montão de destroços mal seguros. (p. 223.)

“Beatus, qui tenebit, et allidet parvulos tuos ad petram”, literalmente: “Bem-aventurado aquele que pegar os teus filhinhos e os atirar contra uma pedra”.

Machado:

Abençoado o bárbaro inimigo
Que os tenros filhos teus às mãos tomando,
Os for, por teu justíssimo castigo,
Contra um duro penedo esmigalhando. (p. 223.)

Em geral, porque há por aí uma falsa noção do que seja traduzir, a única coisa que interessa ou preocupa a muitas pessoas doutas é a chamada fidelidade, ou seja, a exação, a perfeita obediência ao pensamento do autor, de modo que ele não venha a dizer em outra língua o contrário do que pregou na sua língua, de modo que ele não seja, por exemplo, ortodoxo em francês e herético em português.

Mas não basta isso, nem deve ser esse o teste da boa tradução. A prova da boa tradução convém que seja outra: a leitura simples e desprevenida do

texto, sem cotejo com o original. Se dessa leitura concluirmos que estamos diante de um texto vernáculo, de um texto escrito em português autêntico, um texto limpo e desanuviado, então vamos compará-lo com o original, porque aí já apuramos que a tradução como escrito, como composição, como redação, está boa. Pelo contrário, se, lendo a versão, nos sentirmos diante de um texto mascado, bilíngüe, mal escrito, sem vernaculidade, pior ainda, um texto que permita reconstituir o original, - então está acabado, nada mais temos que examinar, porque faltou o essencial, faltou uma redação pelo menos decente, no exato sentido da palavra.

Em artigos subsequentes, examinaremos, se Deus quiser, outros aspectos do problema da tradução, considerando com alguma detença a faceta da vernaculidade, quando entraremos em alguns detalhes importantes, principalmente quanto às traduções do francês, geralmente as piores. Pretendemos também examinar a questão sob o prisma das *exigências* da boa tradução e da *técnica* a empregar na difícil empresa para chegar a um resultado satisfatório.

Assim, o meu pensamento é elaborar nas páginas de *A Ordem*, das quais tenho andado ausente a pesar meu, um pequeno ensaio sobre a tradução, ensaio que traga realmente alguma contribuição nova e - quem sabe! aproveitável.

(In *A Ordem*, Rio de Janeiro, set. 1954, pp. 150-157.)

A VERNACULIDADE DA TRADUÇÃO [II]

Neste segundo artigo da série sobre o problema da tradução vamos tratar da vernaculidade, conforme tínhamos programado.

Realmente aqui reside o mais sensível e insuportável defeito das versões que andam por aí. O leitor que tenha um medíocre sentimento de sua língua materna necessariamente se aborrece ao encontrar uns sobre outros períodos escritos com palavras portuguesas mas com sintaxe estranha, às vezes decalcada na língua estrangeira, outras vezes situada num meio caminho informe, que não é carne nem peixe. E a multiplicação desse mal-estar vai ao ponto de tornar impossível a continuação da leitura.

A coisa se manifesta pela ordem das palavras, pelo regime das preposições, pela impropriedade dos verbos, pela ausência das expressões idiomáticas, em suma, pela deformação da língua, que perdeu o ar e os trajes nacionais para tornar-se cosmopolita e inexpressiva.

Nas observações que aqui farei, concretas, vou reportar-me particularmente ao francês, por várias razões. Primeiro, porque é a língua de onde pior se traduz; segundo, porque creio que ainda é a língua de onde mais

se traduz; terceiro, porque, sendo língua românica, de sintaxe paralela portanto, mais escolhos oferece aos navegantes imperitos; quarto, porque é dos idiomas estrangeiro o que menos ignoro.

O imperfeito conhecimento do francês e a total ignorância do português têm sido causa de graves deturpações da nossa língua literária aqui no Brasil, deturpações cuja conseqüência, como apontei acima, é a destruição do sentimento da vernaculidade. Hoje em dia constituem, legião, as pessoas que não distinguem entre uma página de romance mal traduzido do francês e uma página de Machado de Assis, e não é preciso insistir na trágica importância que isso tem para a cultura de um país.

É quase impossível que as traduções do francês não apresentem frases e mais frases, períodos e mais períodos invariavelmente na ordem direta, peçados de pronomes pessoais-sujeitos, carregados de possessivos, vícios grosseiros que denunciam, no tradutor, a mais perfeita e córnea insensibilidade lingüística.

Por outro lado, tenho por certo que, se não for alertado o tradutor, se não tomar consciência das divergências que separam a sintaxe da língua original da sintaxe da nossa língua, infalivelmente ele cairá nas armadilhas do texto.

Por isso, proponho-me aqui a chamar a atenção para alguns pontos e fazer algumas indicações bibliográficas, na esperança de que isso possa servir de subsídio a uma campanha que urge fazer em prol da recuperação de nossa língua literária.

Começarei pelas observações de caráter mais geral.

No que diz ao francês, não se deve perder de vista que, em razão mesmo de ser ele uma língua neolatina, maiores dificuldades oferece à boa tradução, por causa da semelhança de estrutura sintática. Se, por um lado, bastante parecida com a portuguesa é a construção francesa, por outro lado muitos são os pontos de divergência e afastamento.

Assim, enquanto a frase francesa se apresenta quase sempre em ordem direta - sujeito, verbo, complementos -, a frase portuguesa se dispõe numa ordem muito mais livre, e em certos casos e situações tende francamente para a ordem inversa. O francês língua lógica, não dispensa a atribuição de posse, ao passo que o português só a explicita quando a clareza o exige ou quando a ênfase o reclama. Ao francês “l'enfant a perdu sa mère” corresponde o português “o menino perdeu a mãe”; a “il est venu avec son parrain et son cousin”, contrapomos “veio com o padrinho e o primo”, e assim por diante.

[.....]

Creio, no entanto, que é prestar serviço aos interessados indicar-lhes aqui algumas fontes de estudo da matéria, embora todas sejam livros esgotados,

alguns há muitos anos já. Além do tantas vezes citado de Roquete, *Gramática Elementar da Língua Francesa e Arte de Traduzir o Idioma Francês em Português* (Paris, 1887); dois livros de Mário Barreto, *Novos Estudos da Língua Portuguesa* (2ª edição, corrigida e aumentada, Alves, Rio, 1921), capítulos “Um Punhado de Barbarismos” (pp. 337-374) e “Do Francês ao Português” (pp. 483-551) e *De Gramática e de Linguagem*, tomo I, Rio, 1922, capítulo “Das Traduções” (pp. 9-43); e a “Sintaxe” francesa, de Epifânio Dias, terceira parte da *Gramática Francesa*, para uso das escolas, por J. Eduard von Hafe e A. Epifânio da Silva Dias (9ª edição, Porto, s/d - a 1ª tem prefácio datado de 1875). As duas primeiras partes são de von Hafe e a terceira, “Sintaxe”, a mais extensa, é de Epifânio (pp. 118-376). Também utilíssimo é o livro de João Chèze *Seleto de Autores Franceses*, acompanhada de notas por A. R. Gonçalves Viana (Paris-Lisboa, 1897), por causa das copiosas e prestantes observações deste filólogo, todas relativas à maneira de bem traduzir em português os trechos seletos que se vão lendo em francês. Não há página que não apresente seis, sete ou mais notas do grande foneticista.

Mudando um pouco do assunto que me tem prendido, mas dentro do título do artigo, quero observar que particularmente difíceis de traduzir são os textos latinos, por causa da muita concisão da língua, sobretudo na fase clássica. É óbvio que é muito mais fácil entender latim, ler latim do que traduzir latim. E já que toquei de raspão neste ponto, não quero deixar de dizer que um grande tradutor é o Padre Antônio Vieira. Atentem para os textos latinos que ele vai citando e traduzindo nos seus sermões, textos da vulgata, textos dos padres, textos de teólogos, textos clássicos, textos da decadência, sempre com uma grande propriedade, vernaculidade e principalmente liberdade: ele consegue a perfeita correspondência literária sem escravizar-se à forma estrangeira, demonstrando em todos os casos uma grande capacidade de recriar a expressão portuguesa.

Muito de propósito não quis fazer referência aos vícios de tradução relativos ao vocabulário, porque é matéria mais simples, mais tratada e realmente de menor importância. Está claro que merece cuidado, está claro que o desprezo desta parte pode prejudicar muito a tradução e às vezes torná-la até ridícula, como aquela onde se fala em “jogar um rolo” em vez de “desempenhar um papel”, ou aquela onde se lê “empréstimo de interesse” em vez de “empréstimo a juros”, esta perpetrada pelo Sr. Afrânio Coutinho (Jacques Maritain, *Humanismo Integral*, tradução de..., Cia. Editora Nacional, S. Paulo).

[.....]

(Ibidem, out. 1954, pp. 213-222.)

EXIGÊNCIAS E TÉCNICA DA BOA TRADUÇÃO [III]

Trataremos hoje dos requisitos da boa tradução e da técnica que se deve empregar no verter um texto de alheia para a própria língua.

De alguns de tais requisitos já falamos no primeiro artigo desta série, mas não será demais aqui recordá-los, agora mais a compasso.

Eu diria que são os seguintes os requisitos essenciais da boa tradução: *simpatia, conhecimento efetivo das duas línguas, ser escritor na própria língua, fidelidade, vernaculidade, consonância.*

1. SIMPATIA. Para que alguém traduza razoavelmente um texto, necessário é que goste desse texto, que tenha afinidade com o autor, que compreenda o autor. Numa palavra, a boa tradução supõe amor pelo que se vai traduzir. Aqui, como em tudo o mais, é preciso pôr a alma.

Quando, há uns quinze anos, estive no Rio o maestro Stokowsky com sua orquestra, o espírito carioca inventou um caso absurdo, mas que tem grande aplicação nos nossos absurdos dias. Haveria, entre os violinistas do grande regente, um que executava com grande perfeição e limpeza, porém, ao invés de apoiar o violino no queixo, como manda o figurino, segurava-o de braço esquerdo estendido, com o instrumento afastado, e tangia-o com visível desdém. Perguntado porque assim procedia, respondeu o artista, muito enfadado: “Eu não gosto de música!”.

Se hoje tanta coisa sai mal feita, desde o pão e o vinho até o governo das repúblicas, é exatamente porque os executantes não gostam dos respectivos misteres. E este defeito figura nas traduções como regra. Chama-se um sujeito, um pobre mercenário, e encomenda-se-lhe a tradução de um livro que ele nunca viu e que, quando conhecer, não vai gostar. Mas o infeliz tem família, sofre aperturas financeiras, é vítima crescente da inflação e aceita o trabalho. Trabalho o mais mal pago do mundo, porque a remuneração ainda é muito mais baixa do que a do autor.

Trabalho feito sem amor, por necessidade material e mal retribuído, só pode ser trabalho de péssima qualidade. O que fugir daí é exceção, que não conta, como no caso do violinista de Stokowsky.

Portanto, a tradução deveria ser ou espontânea, ou solicitada com fino critério e discernimento. Pode-se encomendar a Gustavo Corção uma tradução de Chesterton, mas seria um desatino pedir a Mesquita Pimentel uma versão de Léon Bloy.

2. CONHECIMENTO EFETIVO DAS DUAS LÍNGUAS. Já toquei neste ponto, de clareza meridiana, mas talvez seja preciso insistir. Não basta que fulano,

adivinha inglês ou decifre alemão: é necessário que ele conheça a língua, penetre seus segredos, sinta suas modulações vocabulares e sintáticas, seja senhor de seus modismos e idiomatismos, tenha, em suma, verdadeira *inteligência* da língua. Além disso, ele há de conhecer a própria, sua gramática, seus recursos, suas possibilidades, seu ar de família, seu gênio particularíssimo. Se a língua literária materna não lhe for instrumento dócil e fácil, de nada lhe valerá, ao tradutor, penetrar com segurança e finura o idioma alheio: fatalmente a tradução lhe sairá torcida e manca.

3. SER ESCRITOR NA PRÓPRIA LÍNGUA. Este requisito é uma extensão da segunda parte do precedente. Quem nunca se abalçou a redigir em vernáculo e nunca mostrou nesse exercício destreza e arte, não se espere dele que possa traduzir, tarefa mais difícil do que escrever, conforme já acentuamos em outro lugar. Pois se o oficial ainda não se mostrou capaz do menos, como exigir-lhe o mais? Nada me provou que alguém seja homem de manejar com desempenho a própria língua: poderei, sem insensatez, pedir-lhe que a maneje em circunstâncias mais desfavoráveis, tendo diante dos olhos e atuante na memória, uma forma estrangeira?

Ninguém se lembra de me chamar para jogar de ponta-esquerda no selecionado brasileiro, e isto com muito bons motivos. Mas há muitos editores e animadores de supostos talentos escondidos, que acham a coisa mais natural do mundo encomendar a um fulano que nunca escreveu, que não manifestou qualquer vocação literária, a tradução de uma novela de Maupassant.

4. FIDELIDADE. Este requisito costuma ser posto em primeiro lugar, e razão assiste aos que assim doutrinam. Traduzir é escrever na segunda língua como o autor escreveria se nela se expressasse. Portanto, exaço, fidelidade perfeita ao pensamento do autor.

No entanto, não coloco esta exigência em primeiro lugar, porque entendo que ela fica desatendida e fatalmente prejudicada, se faltarem as três primeiras.

Noutras palavras: não é possível fidelidade sem simpatia com o autor e a obra, e sem uma certa habilidade na arte de escrever. Faltariam, as garantias preliminares.

Estou-me lembrando, sem conseguir identificá-la, de uma tradução de Maritain onde há várias frases sem sentido e algumas com sentido diverso da intenção do autor. E seria ofensa ao meu leitor acrescentar que no caso não se trata de tradução, mas de traição, para não repetir literalmente o surradíssimo e desprezado prolóquio italiano.

Muitas vezes ocorre infidelidade numa tradução por falta de seguro conhecimento da língua original: o tradutor toma gato por lebre e transporta a lebre para a segunda língua.

Requisito necessário à garantia da fidelidade é também que o tradutor seja familiar ao assunto da tradução. O tradutor de um texto jurídico deve ser um homem afeito às letras jurídicas; o tradutor de um filósofo deve ser conhecedor de filosofia; o que se propõe trazer para vernáculo um livro técnico deve conhecer a especialidade e usar com espontaneidade adquirida o vocabulário próprio; o que empreendeu uma tradução de livro literário tem de ser hábil manejador das boas letras.

5. VERNACULIDADE. Deste requisito já nos ocupamos mais detidamente no artigo anterior, quando focalizamos principalmente os tropeços que podem falsear o passo do tradutor do francês.

O princípio de apreciação no presente item é que a tradução figure para o leitor como um texto vernáculo. Que não lhe dê o mal-estar de sentir o original por trás da tradução, ou o permanente incômodo de ler uma língua internacional construída com pontos de encontro, em busca constante do denominador comum.

A propósito gostaria de lembrar aqui a excelente tradução que de *Il Cuore* de D'Amicis fez João Ribeiro, que, sem embargo de ser gramático, foi notável escritor, próprio, elegante e leve. Quem tem senso da língua e sabe apreciar as coisas bem escritas lê em *O Coração* um livro nacional com personagens e paisagens estrangeiras. Nada há nele que denuncie uma versão: a frase é sempre límpida, solta, ritmada, adequada e vernácula. É pena, é grande pena, que as histórias em quadrinhos tenham afastado a adolescência de hoje daquele livro que constituiu o encanto de todos nós, que nos comoveu tantas vezes até às lágrimas e cuja releitura é ainda uma volta à infância e à pureza despreocupada dos primeiros anos. Foi certamente pensando nesse primoroso livro que Gustavo Corção disse ter aprendido patriotismo num livro estrangeiro.

[.....]

Particularmente dura de traduzir é uma língua como o latim, densa, sintética, com as palavras arrumadas na frase de maneira mui diversa da nossa, razão por que é muito mais fácil ler do que verter um texto latino.

No entanto, os grandes seiscentistas foram exímios na arte de pôr em linguagem passagens e trechos de autores latinos. Tal é o caso sobretudo de Vieira e Bernardes, que a três por dois citam Padres ou as Escrituras e imediatamente os traduzem com agilidade, graça e principalmente liberdade.

[.....]

Por curiosidade e instrução, vou encerrar este item com o traslado de umas normas para bem traduzir, formuladas há cinco séculos pelo maior humanista de quatrocentos, el-rei D. Duarte, normas que se contam entre as mais antigas páginas portuguesas sobre vernaculidade, e que formulam uma lição que continua ainda desatendida.

Da maneira de tornar algũa leitura em nossa linguagem

Primeiro, conhecer bem a sentença do que há de tornar [=traduzir], e poê-la [=pô-la] inteiramente, non mudando, acrescentando nem minguando algũa cousa do que está escrito. O segundo, que non ponha palavras latinadas nem doutra linguagem, mas todo seja em nossa linguagem escrito, mais achegadamente ao geeral bõo costume de nosso falar que se pode fazer. O terceiro, que sempre se ponham palavras que sejam dereita linguagem, respondentes ao latim, non mudando ãas por outras, assi que onde el desser per latim “escorregar” non ponha “afastar”, e assi em outras semelhantes, entendendo que tanto monta ãa como a outra, porque grande deferença faz pera se bem entender seerem estas palavras propriamente escritas. O quarto, que non ponha palavras que, segundo o nosso costume de falar, sejam havidas por desonestas. O quinto, que guarde aquela ordem que igualmente deve guardar em qualquer outra cousa que se escrever deva, *scilicet*, que escrevam cousas de boa sustância claramente pera se bem poder entender, e fremoso o mais que ele poder, e curtamente, quando for necessário, e pera esto aproveita muito paragrafar e apontar [=pontuar] bem. Se ão razoar, tornando de latim em linguagem [=traduzindo do latim ao português], e outro escrever, achará melhoria de todo [=tudo] juntamente per ão seer feito”. (Do *Leal Conselheiro*, ed. de Roquete, cap. 98, apud Leite de Vasconcelos. *Opúsculos*, vol. IV, *Filologia, parte II*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929, pp. 863-864).

6. CONSONÂNCIA. Sob este nome quero significar a correspondência estilística, já entrevista por D. Duarte, no trecho que acabamos de transcrever.

Não basta a fidelidade ao pensamento, não é suficiente a decência da linguagem: é necessário haver simetria estilística. Assim, se o original é vazado em linguagem leve e espirituosa, pontilhada de expressões finas de “humour”, a tradução não pode ser pesada, desgraciosa e quadrada. Se o original é de prosa eloqüente e numerosa, a tradução não pode ser arrítmica e plana. Se o original é grave e solene, a tradução não pode ser airosa e travessa. Se o original é em linguagem poética, a tradução não pode ser prosaica, ainda que em prosa muito vernácula, como é o caso da tradução do novo saltério feita por Leonel Franca. A tradução é fiel e correta mas faltava ao saudoso jesuíta o senso e a expressão poética, que lhe impediram de realizar uma tradução com consonância.

Resta observar que, se dermos à palavra “fidelidade” a sua mais completa e profunda significação, poderemos afirmar que só há um requisito para a boa tradução: basta que ela seja “fiel”.

Vejamos por fim qual deva ser, no meu entender, a *técnica* da boa tradução, ou melhor, o processo mais adequado a produzir o fim proposto, uma tradução ao menos decente.

Suposta a capacidade do sujeito, a primeira operação é a leitura atenta e integral do texto. Só depois é que se deve meter mãos à obra.

No executar a tradução nunca se há de verter palavra por palavra, mas frase por frase, período por período. Lê-se a oração completa ou o período todo e escreve-se ele em português, com a preocupação de redigir em português e no mesmo tom do original, isto é, com vernaculidade e consonância. Assim, até o fim do trabalho.

Isto feito, parece-me imprescindível encostar a tradução por vinte dias ou um mês, a fim de *esquecer* o texto original, a fim de libertar-se dele. Passado esse período, retoma-se a versão para trabalhá-la como se fora um texto próprio e vernáculo mal acabado, para então resolver os problemas de expressão, de ritmo, de adjetivação, exatamente como faz um escritor cuidadoso antes de dar a público um texto seu.

Só depois disso é que se poderá buscar o original para desfazer as dúvidas por ventura remanescentes quanto à fidelidade ao pensamento do autor.

Creio que só assim se poderão evitar os perigosos e fatais escolhos que nos oferece a difícilíssima empresa da tradução. Creio que só assim se poderá conseguir uma tradução como a de *As Minas de Salomão*, realizada primorosamente por Eça de Queirós, onde se tem, de fio a pavio, a impressão de um livro original.

(Idem, dez. 1954, pp. 364-374)